



BOLETIM 13 – Brasília, 18 de novembro de 2015

Centrais somam forças pelo crescimento!

Será lançado em São Paulo, dia 3 de dezembro, o documento “Compromisso Permanente pelo Desenvolvimento”. A ideia é agregar, no texto, propostas das Centrais Sindicais e do setor produtivo, apontando para a retomada do crescimento e mudança na política econômica atual, de viés neoliberal.

A elaboração do “Compromisso” foi um dos temas da reunião entre as Centrais e Dieese, segunda (16), na sede do órgão, em São Paulo. O encontro debateu, também, preparativos do movimento nacional para enfrentar a crise - o sindicalismo propõe união com o setor produtivo para dobrar a recessão. Dirigentes da CUT, Força Sindical, UGT, CTB e CSB participaram da reunião, que teve também participação de técnicos do Dieese.

Dia 3 - Ficou definido que o lançamento do “Compromisso Permanente pelo Desenvolvimento” ocorrerá dia 3 de dezembro, com um ato político, em SP, reunindo representantes dos trabalhadores, do empresariado e intelectuais. No evento, será apresentado o manifesto com as propostas alinhavadas.

Petrobras - O passo seguinte será dia 8, com grande manifestação em frente à Petrobras, no Rio de Janeiro. Dia 9, dirigentes sindicais e líderes empresariais devem desembarcar em Brasília, para entregar o documento à presidente Dilma Rousseff. Também estão previstas visitas ao Congresso Nacional, Supremo Tribunal Federal, Tribunal Superior do Trabalho e Advocacia Geral da União.

Segundo o diretor-técnico do Dieese, Clemente Ganz Lúcio, a proposta das Centrais é construir um “entendimento forte, no sentido de que as propostas pelo desenvolvimento sejam capazes de interferir na orientação política do governo”. Ele avalia que a reunião da segunda (16) foi importante para definir as iniciativas necessárias à operacionalização desses eventos.

A reunião definiu, por exemplo, o conjunto de setores que serão convidados a integrar o “Compromisso”. Também ficou acertado que, após os contatos, ocorrerá nova reunião na próxima segunda (23), contando com representantes dos empresários. O encontro esboçará o manifesto, afinando as propostas comuns.

O presidente da CONTRICOM, Francisco Chagas Costa – Mazinho, representou a Nova Central Sindical de Trabalhadores (NCST), da qual é vice-presidente, na última reunião entre as Centrais, quando apresentou uma análise da situação vivida pelos trabalhadores em todo país, especialmente os da construção civil, com as crescentes demissões e ameaças aos direitos trabalhistas, e defendeu “uma solução negociada, envolvendo as empresas, o governo, o legislativo e demais instituições que, de forma direta ou indireta, podem contribuir com uma saída que seja capaz de estancar a crise e recuperar os empregos perdidos”, afirmou.



O presidente da CONTRICOM com os representantes das demais Centrais na última reunião com o DIEESE, em São Paulo

Na ocasião, afirmou o presidente da Confederação: “estamos buscando e vamos lutar para um grande entendimento com o empresariado na busca da retomada das atividades econômicas e da geração de empregos, e esperamos contar, para isso, com o apoio do governo, da Justiça, das lideranças políticas, do Ministério Público e de outras instituições”. E acrescentou: “o que não podemos é aceitar a passividade que prevaleceu no período anterior. É preciso agir com rapidez, pois o que está em jogo é o emprego dos nossos trabalhadores”.

Mais informações: sites das Centrais

Fonte: Agência Sindical e Comunicação CONTRICOM



Operários da construção param por 20% de aumento em Pernambuco

CONTRICOM manifesta solidariedade à luta do Sindicato e dos trabalhadores

Em reivindicação por um reajuste de 20%, o Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil e Pesada de Pernambuco (Marreta) deflagrou greve por tempo indeterminado na última segunda-feira, 16, na região central do Recife, no Estado de Pernambuco. Segundo a entidade cerca de 80% da categoria aderiu à paralisação.

De acordo com o presidente do Sindicato, Dulcilene Morais, “o reajuste deveria ter sido feito em 1º de outubro, mas os patrões não querem negociar. Eles dizem que só vão negociar em 2016”, denunciou.

Além do reajuste, a categoria reivindica ainda o adicional de hora extra de 100%, não ampliação de jornada de trabalho para os sábados, vale alimentação no valor de R\$ 200, e melhorias nas refeições dos operários.

O presidente da CONTRICOM, Francisco Chagas Costa – Mazinho, manifestou

“solidariedade à luta dos trabalhadores de Recife e região”, ressaltando que a Confederação “coloca-se à disposição do Sindicato para que a luta dos operários atinja seu objetivo”.

Fonte: Comunicação CONTRICOM

Setor de eletro e móveis já demitiu 40 mil até setembro

Com a crise instalada pela política de juros altos, inflação e cortes, o consumo de eletrodomésticos e móveis vem despencando gradativamente em diversas regiões do país. Resultado disso é que o varejo, um dos setores que mais emprega no país, já cortou, de janeiro até setembro, cerca de 40 mil postos de trabalho, segundo Confederação Nacional do Comércio (CNC).

De acordo com os dados informados pelo Estadão, somente a líder de mercado, a Via Varejo, controlada pelo Grupo Casino, de capital francês - dona das marcas Casas Bahia e Ponto Frio - demitiu 11 mil trabalhadores. A segunda (Magazine Luiza) e terceira (Máquina de Vendas) no ranking, informaram que não pretendem repor as vagas de quem saiu da empresa, e que há ainda a possibilidade novas demissões nos próximos meses.

O setor varejista teve uma queda no ano de 7,4%, conforme aponta o último resultado da Pesquisa Mensal de Comércio, do IBGE. Porém, cabe lembrar que, assim como a indústria automobilística que demitiu 10,9 mil, no mesmo período, o setor varejista é um dos que mais receberam incentivos fiscais do governo nos últimos anos, e atualmente é também um dos que mais demite.



“O número de lojas fechadas este ano até setembro é quase o triplo do que o registrado no ano passado inteiro”, afirma o economista Fabio Bentes, da CNC. Nos primeiros nove meses deste ano, 4.317 lojas de eletrodomésticos e móveis encerraram as atividades no país, enquanto no ano inteiro de 2014 foram fechados 1.503 pontos de venda, informa o economista.

Fonte: Comunicação CONTRICOM

Setor de serviços tem queda de 4,8% em setembro, mostra pesquisa do IBGE

O setor de serviços do país recuou 4,8%, em setembro de 2015, em comparação a setembro de 2014, informou pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Segundo o gerente da pesquisa do IBGE, Roberto Saldanha, os serviços profissionais – que recuaram 8,1% - tiveram destaque no desempenho negativo dos serviços.

Saldanha acrescentou que, no âmbito dos serviços, houve uma queda ainda mais preocupante: os serviços técnicos profissionais, que caíram 16%. O gerente informou que esse baixo desempenho ocorreu em decorrência da desmobilização de serviços de engenharia, em setembro de 2015, envolvendo principalmente as áreas de petróleo e gás.

Também contribuiu para a queda do setor o baixo desempenho dos serviços administrativos, que caíram 5,3% no mês. Essa queda, segundo Saldanha, ocorreu em razão da baixa atividade das empresas de segurança e limpeza.

A pesquisa mostra ainda que houve queda nos serviços auxiliares de transportes e correios. Esse segmento caiu 6,4% em setembro, em decorrência da retração do transporte rodoviário de cargas. A retração na área de transporte de carga foi originada, segundo o gerente do IBGE, pela baixa demanda da indústria.

Fonte: Agência Brasil

Experiência brasileira é destaque em Fórum Mundial sobre promoção do trabalho decente na construção civil

A experiência brasileira de proporcionar melhores condições a trabalhadores em grandes obras de construção civil será destaque no Fórum de Diálogo Mundial sobre Boas Práticas e Desafios na Promoção do Trabalho Decente em Projetos de Construção e Infraestrutura. O evento, realizado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), acontece nos dias 19 e 20 de novembro em Genebra (Suíça).

No início de novembro, a OIT divulgou o relatório “Good Practices and Challenges in Promoting Decent Work in Construction and Infrastructure Projects” (Boas práticas e desafios na promoção do Trabalho decente em projetos de construção e infraestrutura), que é a base para organização do Fórum. Este documento destaca a atuação do Grupo Móvel de Auditoria de Condições de Trabalho em Obras de Infraestrutura – GMAI, criado em janeiro de 2012 para ser responsável pela fiscalização de grandes obras de



construção civil, a exemplo das hidroelétricas, estádios, aeroportos, rodovias e, mais recentemente, do Complexo Olímpico no Rio de Janeiro.

Segundo Rinaldo Marinho, diretor do Departamento de Segurança e Saúde no Trabalho – DSST, vinculado à Secretaria de Inspeção do Trabalho (SIT) do Ministério do Trabalho e Previdência Social (MTPS), o GMAI tem sido um importante fator de prevenção em grandes obras de infraestrutura. “Não fosse ele, o número de acidentes nas grandes obras seria maior, o que ressalta a importância de fortalecer esta e outras ações de inspeção do trabalho”, destaca.

Histórico – Desde a criação do GMAI (que atualmente integra a SIT/MTPS) até setembro de 2015, foram realizadas 112 operações, que abrangiam mais de 1.600 empresas e beneficiaram diretamente cerca de 736 mil trabalhadores que atuavam nas obras fiscalizadas. Em razão das irregularidades encontradas, foram lavrados 20.638 autos de infração e identificadas 211 situações de risco grave e iminente de acidente do trabalho, o que levou à determinação da suspensão do trabalho em empresas fiscalizadas através de medidas de embargo ou interdição.

O segmento mais fiscalizado no período foi o de geração e transmissão de energia elétrica, com 36 operações, seguindo-se as rodovias, portos e aeroportos, com grande destaque para as obras relacionadas à Copa do Mundo de 2014. Além disso, Rinaldo Marinho informa que o setor da construção civil continua sendo o mais fiscalizado pelos auditores fiscais do trabalho em todo o país, representando mais de 20% de todas as ações voltadas à prevenção de acidentes e doenças do trabalho. “Em alguns estados, metade

do total de ações de prevenção é voltada às obras de construção”, ressalta o diretor do DSST.

Participação no Fórum – O MTPS será representado nesse Fórum da OIT pelo auditor Fiscal do Trabalho e Coordenador-Geral de Fiscalização do DSST, Fernando Donato. A participação é aberta a governos de quaisquer países. A delegação brasileira terá ainda seis representantes de empregadores e o mesmo número de representantes dos trabalhadores. Foram também convidados membros de organizações intergovernamentais e de organizações não governamentais internacionais, na qualidade de observadores.

Fonte: MTE

Petroleiros rejeitam proposta e mantêm greve por aumento real

Os petroleiros de diversas regiões do país decidiram manter a greve nesta segunda-feira, 16, contra a proposta de reajuste apresentada pela empresa e o desconto dos dias parados. A categoria também denuncia o plano do governo de desinvestimento da estatal e exige negociação sobre o tema. Com isso, os petroleiros mantêm uma das maiores greves da categoria, e denunciam ainda a intransigência da empresa durante a greve. Ao enviar a última proposta de negociação, a direção afirmou ser essa “a última proposta da companhia”.

A decisão foi aprovada pelos trabalhadores em assembleias ocorridas desde o final de semana, se contrapondo, inclusive, à indicação da

FUP (Federação Única dos Petroleiros) pelo encerramento da greve. Já a FNP (Federação Nacional dos Petroleiros) indicou pela manutenção da greve. Na base do principal sindicato da categoria, o Sindicato dos Petroleiros do Norte Fluminense (Sindipetro-NF), filiado à FUP, os trabalhadores rejeitaram em assembleia o indicativo de suspensão da greve defendido pelo Sindicato e pela Federação. Segundo a FUP, também decidiram pela manutenção da greve os petroleiros de Espírito Santo e Minas Gerais.

Além de rejeitarem o índice de reajuste que não prevê aumento real (9,53%), a categoria repudia a proposta feita pela Petrobrás de descontar os salários pela metade referente aos dias parados. O próprio presidente da Petrobrás, Aldemir Bendine, em reunião com ambas as federações da categoria, havia apresentado proposta diferente. Anteriormente, 50% dos dias seriam pagos e os outros 50% seriam compensados com horas-extras e banco de horas.

Segundo a FNP, o resultado final só sairá na quarta, quando ocorrem as assembleias nas últimas bases do sindicato.

Fonte: Comunicação CONTRICOM



Denúncia no MPT de práticas antissindiciais por parte da Petrobras

Integrantes da Federação Única dos Petroleiros (FUP) apresentaram nesta terça-feira (17) durante uma audiência na Procuradoria-Geral do Trabalho, em Brasília, relatos de práticas antissindiciais por parte da Petrobras durante a greve da categoria, como o uso da força policial contra os grevistas e improbidade administrativa de gerentes da estatal, que teriam feito o pagamento excessivo de horas extras para equipes de contingência, que substituíram os petroleiros nas operações das unidades de produção.

O procurador-geral, Ronaldo Fleury, participou da abertura da audiência, que seguiu com o coordenador da Coordenadoria Nacional de Promoção da Liberdade Sindical (Conalis), o procurador da 1ª Região do Ministério Público do Trabalho (MPT). No encontro ficou decidido que a apresentação formal das denúncias terá que ser feita em cada representação regional do MPT, onde os fatos ocorreram. “O Ministério Público vai apurar se, efetivamente, essas condutas ocorreram e tomar, se for o caso, as medidas judiciais que se fizerem necessárias, mas em princípio foram relatos”, disse o procurador.

Cabe ao Ministério Público colher as provas. Cada procurador regional vai conduzir o inquérito e apurar os fatos denunciados. “Podem ser verídicos ou não. A investigação é que vai demonstrar”, disse Fleury.

Para os petroleiros, as ações da Petrobras violaram a Lei 7.783/89, que garante o direito de



greve. Após orientação da FUP, desde a semana passada, algumas entidades sindicais já começaram a fazer denúncias, entre eles Sindicato dos Petroleiros de Caxias. “Caxias já botou [denúncias] e o Norte-Fluminense também botou. A gente encaminhou na semana passada na Justiça do trabalho e já encaminhamos também para o Ministério Público regional”, disse o presidente do Sindicato de Caxias, Simão Zanardi, que participou da audiência em Brasília.

A Petrobras não deu declaração sobre as denúncias. Procurada pela Agência Brasil, a empresa informou que hoje não haveria condição de dar a resposta ao pedido da reportagem se confirmava ou não as acusações de práticas antissindicais durante a greve.

Fonte: Portal EBC

Sessão do Congresso é encerrada sem concluir veto sobre aposentadorias

Em razão da falta de quórum, o presidente do Congresso, senador Renan Calheiros, encerrou a votação e a sessão na qual estavam sendo analisados os vetos presidenciais.

A Câmara dos Deputados votava o veto ao reajuste das aposentadorias da Previdência Social em valores acima do salário mínimo pelo mesmo índice aplicado ao salário mínimo.

O dispositivo foi incluído pelos parlamentares na Medida Provisória 672/15, que prorroga até 2019 a atual política de valorização do salário mínimo.

Até o momento do encerramento dos trabalhos, 216 deputados tinham registrado seu voto, quando o necessário para a continuidade da sessão era de 257 votos.

Calheiros convocou sessão do Congresso para a manhã desta quarta-feira (18), às 11h30.

Fonte: Agência Câmara

Congresso mantém veto a reajuste de servidores do Judiciário

O Congresso Nacional manteve oito vetos presidenciais a projetos de lei, entre os quais o que concedia reajuste de 78% aos servidores do Judiciário. Na votação mais acirrada da noite, a Câmara dos Deputados manteve o veto ao reajuste (PL 7920/14) por insuficiência de votos.

Para derrubá-lo, seriam necessários 257 votos na Câmara, mas foram registrados 251. Outros 132 deputados votaram a favor da manutenção do veto e 11 se abstiveram. Com o resultado, a matéria não foi analisada no Senado.

Segundo o governo, o reajuste teria impacto financeiro de R\$ 27,5 bilhões aos cofres públicos nos próximos quatro anos e, depois disso, mais de R\$ 10 bilhões por ano. O Executivo argumentou que a medida é “contrária aos esforços necessários para o equilíbrio fiscal”.

Desde julho, quando a correção salarial foi vetada, servidores do Judiciário protestam em frente ao prédio do Congresso pela derrubada do veto a cada sessão convocada. De acordo com as lideranças do movimento dos servidores do Judiciário, eles estão sem aumento há nove anos.

Esse número, no entanto, foi contestado por deputados da base do governo.

“Servidores têm insistido em dizer que, em nove anos, não recebem reajuste, mas, entre 2013 e 2015, tiveram reajuste médio de 23% a 29% fruto de uma Gratificação de Atividade Judiciária”, afirmou o deputado Paulo Pimenta (PT-RS). Ele chegou a ser interrompido por vaia das galerias.

Fonte: Agência Câmara

PNAD 2014 constata aumento da pobreza e do analfabetismo

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios de 2014 (PNAD 2014), divulgada pelo IBGE na sexta-feira, mostra que, a continuar no passo dos últimos quatro anos (2011-2014), os rendimentos do trabalho auferidos pelas mulheres serão, aproximadamente, iguais aos dos homens daqui a 48 anos.

Abaixo, um resumo de como progrediu o rendimento das mulheres em relação ao dos homens, nas várias PNADs (em 2010 não houve PNAD, porque houve Censo):

2004: 63,60%; **2005:** 64,50%; **2006:** 65,60%;
2007: 66,10%; **2008:** 71,60%; **2009:** 67,10%;
2011: 72,90%; **2012:** 73,70%; **2013:** 73,50%;
2014: 74,50%.

A redução da desigualdade do rendimento das mulheres em relação ao dos homens, até 2008 (em 2009 houve uma derrubada geral dos rendimentos, no das mulheres mais que no dos

homens) foi, na média anual, **quatro vezes maior** que no governo Dilma.

Mas, reagindo à PNAD 2014, disse a ministra Tereza Campello que o aumento de +143,5 mil crianças e adolescentes submetidos a jornadas de trabalho é apenas uma “flutuação”.

Existem, constata a PNAD 2014, ao todo 3,3 milhões de brasileiros, entre os 5 a 17 anos, nessa situação. Destes, 554 mil têm entre cinco e 13 anos.

O trabalho infantil e de adolescentes aumentou +4,5%. No entanto, o que a PNAD 2014 revela é pior: o número de analfabetos aumentou em relação a 2011: aumentou +317 mil pessoas (2012), +305 mil pessoas (2013) e +140 mil pessoas (2014).

As escolas públicas do ensino básico eram 158.650 no ano de 2010 e, quatro anos depois, estavam reduzidas a 149.098 (cf. INEP, **Sinopses Estatísticas da Educação Básica 2010 e 2014**, tab. 3.1).

Fonte: Comunicação CONTRICOM





População sofre com falta d'água após tragédia da barragem

Segundo o governo do estado de Minas Gerais, a tragédia de Mariana deixou sete mortos e 15 desaparecidos, mais de 600 pessoas sem moradia e afetou mais de 500 mil pessoas com a falta d'água, rios contaminados e morte de peixes e plantas. A ausência do estado foi sentida também na falta do abastecimento de água nas cidades afetadas, que ficou dependendo da resposta das empresas e principalmente de doações da população que organizou pontos para coleta de água em todo o país.

Na última sexta-feira (13), dezenas de moradores de Governador Valadares, uma das cidades atingidas pela lama, se concentraram em uma praça da cidade para rezar e pedir a Deus que envie água à região, pois a situação está caótica. O abastecimento do município foi prejudicado pela contaminação do rio.

“O que tinha de vida foi embora”, afirmou José Francisco Silva de Abreu, presidente da Associação de Pescadores e Amigos do Rio Doce. Segundo ele, nas margens do rio os peixes lutam pela vida, “na agonia de achar oxigênio, os peixes subiram barrancos, rãs fugiram da água. Tinha um monte de cascudo com a cabecinha na pedra, procurando oxigênio, um do lado do outro”.

A coordenadora da Rede das Águas da Fundação SOS Mata Atlântica, Malu Ribeiro, critica o governo por não ter elaborado um plano assim que soube do rompimento. “A lama é densa, não será diluída, só sairá de onde está

com retroescavadeiras. Como os rios ficarão enquanto isso?”.

A Samarco, propriedade de duas das maiores empresas de mineração do mundo, obteve R\$ 2,8 bilhões de lucro em 2014 e resolveu ignorar avisos sobre o possível rompimento, como o Parecer Único da Superintendência Regional de Meio Ambiente de Minas Gerais, em julho do ano passado, que dizia que a capacidade das barragens estava no limite. A empresa se negou a investir o mínimo em segurança necessária para evitar esse desastre. “Eles debocharam da prevenção e são reincidentes em diversos casos. Demonstram incapacidade de operação crassa e com consequências trágicas e incomensuráveis”, afirmou o biólogo André Ruschi, diretor da escola Estação Biologia Marinha Augusto Ruschi, em Aracruz (ES).

QUEROSENE

Para demonstrar toda sua preocupação com os efeitos da catástrofe, a Vale decidiu enviar um carregamento de água na última sexta-feira (13) para atender os 296 mil habitantes de Governador Valadares. Mas, segundo a empresa, um “equivoco” fez com que os primeiros vagões chegassem na cidade contaminados com alto teor de querosene, deixando bastante clara sua preocupação com a população.

A barragem de Santarém, ao contrário do que havia sido divulgado pela Samarco não se rompeu (a lama da Barragem Fundão encheu o reservatório da barragem Santarém, causando o transbordamento), embora corra riscos, pois ela e a Germano, a maior do complexo, apresentam coeficiente de segurança abaixo do recomendado. “A chuva entra para as barragens e pressiona as paredes. Se chover cinco dias sem



parar, não sei o que vai acontecer”, diz o perito especialista em solos Gerson Ângelo José Campera, que avisou que a empresa sabe disso.

CAUÇÃO

Na última segunda-feira (16), o Ministério Público Federal (MPF) e a Samarco, firmaram um compromisso preliminar para o pagamento de uma caução socioambiental de R\$ 1 bilhão. A primeira metade deve ser paga dentro de 10 dias, e deverá garantir a execução de medidas preventivas emergenciais. Entretanto, segundo o MPF quem vai gerir e aplicar estes recursos em ações é a própria Samarco. Uma auditoria indicada pelo Ministério Público vai produzir relatórios periódicos demonstrando os gastos. A Samarco também foi multada pelo IBAMA em R\$ 250 milhões e teve R\$ 300 milhões bloqueados pela Justiça.

Também na segunda-feira, ocorreu um protesto em frente à sede da Vale, no Rio de Janeiro, que contou com cerca de 600 pessoas. Na manifestação os cartazes diziam “Vale nada” e “Quanto Vale a vida?”. Manifestantes levaram galões de lama, sujando a parede da mineradora e afirmaram “estamos devolvendo um pouco da sujeira”.

O MP determinou ainda a Samarco pague um salário mínimo, mais 20% por dependente e uma cesta básica às 300 famílias atingidas pelo rompimento da barragem de rejeitos da mineradora a partir de dezembro até o reassentamento definitivo dos cerca de 700 moradores.

Fonte: Comunicação CONTRICOM

BOLETIM DA CONTRICOM

Presidente da CONTRICOM

Francisco Chagas Costa – Mazinho

Redação e Edição

Instituto Dois Candangos (DF)